

O papel estratégico da Arqueologia na delimitação de terras indígenas e quilombolas

Pedro Paulo A Funari

Pedro Paulo A Funari é professor titular do Departamento de História e Coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos, ambos da Unicamp.

Resumo: o artigo começa por discutir as definições epistemológicas sobre os estudos estratégicos como disciplina. Desde o século XVIII, a disciplina tem tratado de temas militares e desde Von Clausewitz a sociedade tem estado no centro das questões estratégicas. No Brasil, o processo democrático fundou-se na diversidade como valor social essencial. Neste contexto, a preservação das comunidades indígenas e quilombolas faz parte da estratégia nacional para a promoção da diversidade e a Arqueologia tem um papel neste processo.

Abstract: The strategic role of archaeology for the establishment of native and maroon lands in Brazil. The paper starts by discussing the epistemological definitions relating to strategic studies as a discipline. From the late 18th century, the discipline has been concerned with military matters and from von Clausewitz society has been at the heart of strategic issues. In Brazil, the democratic process has been grounded diversity as a key social value. In this context, the preservation of native and maroon communities is part of the national strategy for the promotion of diversity and archaeology has a role to play in this process.

Os estudos estratégicos passaram por transformações ingentes nas últimas décadas. O século XIX foi pródigo em sábios germânicos que formularam preceitos à época revolucionários e cujo pressuposto e consequência foram discutidos nos séculos seguintes, até os nossos dias. Foi em ambiente prussiano, que se formulou a primazia do conhecimento objetivo, a busca da realidade em sua materialidade e efetividade. Leopold von Ranke propôs saber “o que propriamente aconteceu” (*wie es eigentlich gewesen*¹). Na esteira dessa busca, Karl Marx iria fazer um uso científico da expressão

¹ Cf. *Geschichte der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1514*. Berlim, 1824, p. 24.

corriqueira inglesa: *the proof of me pudding is in the eating* (“a prova do pudim está em comê-la”²).

É neste ambiente e nestas circunstâncias que Karl von Clausewitz (1780-1831) desenvolveu suas teorias sobre a guerra, não como abstração ou tema filosófico, mas como prática ou ação objetiva no mundo. Von Clausewitz nunca se preocupou com dois aspectos subjacentes à estratégica: o binômio economia e sociedade, por um lado, e a logística, por outro³. Tais ausências levaram à crítica da estratégia de matriz prussiana, em especial à luz das guerras do século XX, com a economia e a logística destacadas nas histórias nas duas grandes guerras mundiais⁴.

Epur, no próprio Von Clausewitz não podemos deixar de constatar uma aguda percepção do caráter social da estratégia. Não cabe dúvida que o oficial prussiano centrou sua atenção no campo de batalha, mas não convém subestimar o papel da sociedade em sua análise. O êxito do exército napoleônico estava em seu caráter cidadão, de massa, por oposição às formações hierárquicas e aristocráticas dos impérios e monarquias derrotadas pela força revolucionária francesa. A reação militar, que se mostraria capaz de derrotar aquele exército, explicou-se, também, pelo caráter nacional e social de resistência à ocupação (ou ameaça de ocupação) estrangeira⁵.

Os germes das concepções estratégicas da nossa época, portanto, podem ser buscados nos próprios alvares da nossa disciplina – a estratégia. Num certo sentido, podemos recuar muito mais, pois já Péricles, no quinto século a.C., colocou no centro da sua estratégia não a luta, a batalha, mas a força dos grupos sociais, em uma

² Cf. <http://www.freitag.de/2006/03/06030601.php>.

³ Sobre von Clausewitz, consulte-se o clássico *Clausewitz, Leben und Werk*, de Wilhelm von Schramm, Esslingen, 1977.

⁴ Cf. Christopher Bassford, *The Reception of Clausewitz in Britain and America 1815-1945*, Oxford, Oxford University Press, 1994.

⁵ Cf. Michael Howard, *Clausewitz*. Oxford, Oxford University Press, 2002. Sobre o tema da ocupação militar em nossos dias, leiam-se Geraldo Cavagnari, EUA, a estratégia do Chacal, <http://www.galizacig.com/index.html>. e João Quartim de Moraes, L'anti-impérialisme en marche. *Nouvel Afrique-Asie*, Paris, p. 52 - 54, 01 abr. 2005.

sociedade democrática. Ante o exército espartano, opôs a solidariedade social ateniense⁶.

Tudo isto pode parecer, à primeira vista, muito distante, no tempo e no espaço, do tema de hoje: terras indígenas e quilombolas. Mas não. O ponto central é o mesmo: o caráter social da estratégia. *Stricto sensu*, as terras indígenas e quilombolas não são objeto da ação militar. Em termos estratégicos mais amplos, contudo, fazem parte essencial da construção social da estratégia: constituem parte daquele retroterra que forma a defesa da sociedade nacional em sua diversidade. Somos lembrados, com frequência, da inclusão das terras indígenas e quilombolas na Constituição oriunda da democratização do país, em meados da década de 1980⁷. Esse movimento legal resulta de uma valorização da diversidade, erigida como valor **estratégico** primordial da nacionalidade⁸:

“**A Diversidade Cultural é tema estratégico** para as políticas culturais no Brasil e no mundo. Com a entrada em vigor da Convenção da Diversidade, reafirma-se direito soberano dos Estados de implementarem políticas necessárias à proteção e promoção de suas expressões culturais. A nova concepção de Política Cultural implantada pelo Ministério da Cultura já incorpora grande parte dos objetivos da Convenção, porém surgem novos desafios. O MinC utilizará este espaço para publicar e conversar, com vistas a aprofundar o debate sobre o assunto” (grifo no original).”

Está, *in nuce*, como princípio norteador da vida social brasileira, em ambiente livre e democrático. Ainda mais, a Convenção da Unesco sobre a diversidade cultural, passa a ser incorporada à nossa própria política pública, como explicitado pelo Ministério da Cultura e pela representação brasileira naquele órgão universal:

⁶ Cf. Pedro Paulo A Funari, Guerra do Peloponeso. In: Demétrio Magnoli. (Org.). História das Guerras. São Paulo: Contexto, 2006, v. , p. 18-45.

⁷ Constituição Federal, artigo 216, parágrafo 5º.

⁸ Cf. http://www.cultura.gov.br/foruns_de_cultura/diversidade_cultural/index.html.

“A sociedade brasileira reflete, por sua própria formação histórica, o pluralismo. Somos nacionalmente, hoje, uma síntese intercultural, não apenas um mosaico de culturas. Nossa singularidade consiste em aceitar – um pouco mais do que outros -- a diversidade e transformá-la em algo mais universal. Este é o verdadeiro perfil brasileiro... Sabemos, portanto, por experiência própria, que o diálogo entre culturas supera – no final – o relativismo cultural crasso e enriquece valores universais”⁹.

Indígenas¹⁰ e quilombolas constituem grupos sociais reconhecidos como importantes por suas características próprias e peculiares¹¹. Constituem um patrimônio cultural e social por serem autênticos e por constituírem, em sua diferença, parte da riqueza estratégica da nação brasileira¹². Essa diferença não está em contraposição à sociedade brasileira *mainstream*, predominante. Tampouco a cultura brasileira foi definida como uma unidade homogênea e indiferenciada. A diferença está na especificidade, que caracteriza tanto uma comunidade caipira ou gaúcha, como uma aldeia indígena. O valor estratégico é a diversidade¹³, conforme a Emenda Constitucional n. 48, de 10 de agosto de 2005, que explicita a “valorização da diversidade étnica e regional”.

Por isso, múltiplas políticas públicas voltaram-se para a valorização da diversidade como, agora, o tombamento e proteção de bens materiais como o modo de festejar de uma comunidade específica (ou a arte de preparar uma refeição tradicional¹⁴).

⁹ Antonio A. Dayrell de Lima, Embaixador brasileiro na UNESCO, em http://portal.unesco.org/en/ev.phpURL_ID=10238&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html.

¹⁰ Cf. GONZALEZ, E. M. R. . Diversidade cultural entre os grupos ceramistas do sul-sudeste brasileiro: o caso do vale do Ribeira de Iguape.. Pré-História da Terra Brasilis. Rio de Janeiro: In: M.C. Tenório, 1999.

¹¹ Constituição Federal, artigo 215.

¹² Cf. Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini, *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

¹³ Conforme a Emenda Constitucional n. 48, de 10 de agosto de 2005.

¹⁴ Cf. Pedro Paulo A. Funari e Sandra Pelegrini, *Patrimônio Cultural Imaterial*. São Paulo, Brasiliense, 2007.

Os temas indígenas e quilombolas fazem parte deste processo e a Arqueologia tem um papel particular neste aspecto. A Arqueologia foi entendida, desde seus primórdios no século XIX, como uma disciplina voltada para o estudo das coisas antigas, a partir da sua materialidade. Estuda, pois os artefatos humanos – a cultura material – e todo o aspecto físico relacionado ao ser humano, dos ossos às plantas¹⁵. A Arqueologia – estudo do antigo – passou a ser, também, o estudo do poder, outro sentido da palavra *arkhé*, em grego. A Arqueologia, como outras disciplinas, voltou-se para os grupos sociais, em interação, como ciência aplicada e revelante para a sociedade. A Arqueologia Pública¹⁶ definiu-se pela ação com os grupos sociais, parte da política estratégica nacional, em sua valorização da diversidade:

“No Brasil, a expressão Arqueologia Pública, surgida em âmbito anglo-saxão, ainda é nova e pode levar a confusão. De fato, público, em sua origem inglesa, significa “voltada para o público, para o povo” e nada tem a ver, *stricto sensu*, com o sentido vernáculo de público como sinônimo de “estatal”. Ao contrário, o aspecto público da Arqueologia refere-se à atuação com as pessoas, sejam membros de comunidades indígenas, quilombolas ou locais, sejam estudantes ou professores do ensino fundamental ou médio. A ação do Estado dá-se, de maneira necessária, por meio da legislação de proteção ambiental e cultural que obriga os empreendedores – empresas privadas ou públicas – a custearem estudos de impacto ambiental e cultural”.

As terras indígenas e quilombolas, para além dos embates jurídicos, relacionam-se com duas questões: a auto-definição dos grupos sociais e seu reconhecimento, ou conhecimento de si mesmos. São dois aspectos interligados. A auto-definição de um grupo indígena ou quilombola parte de um conhecimento de sua historicidade, do seu lugar-no-mundo, se formos usar um conceito filosófico¹⁷. A Arqueologia Pública, aqui, joga um papel de maior relevância e pertinência com indígenas e quilombolas, e permite descobrir as múltiplas ocupações de um mesmo

¹⁵ Cf. Pedro Paulo A. Funari, *Arqueologia*, São Paulo, Contexto, 2005.

¹⁶ Cf. Pedro Paulo A. Funari e Érika Robrahn-González, Editorial, *Arqueologia Pública*, 1, 2006.

¹⁷ Martin Heidegger, *Sein und Zeit*. Berlin, 1927.

espaço físico. Desvenda ambientes que mudaram com o tempo, revela modos de vida diversos, naquele espaço ocupado, hoje, por uma comunidade indígena ou quilombola. A relação simbólica desses grupos com seus ambientes encontra, na pesquisa arqueológica, contrapontos e recursos para sua re-interpreção da comunidade como entidade histórica.

Não se trata, portanto, de provar, pura e simplesmente, que um grupo indígena ou quilombola estava assentado em determinado lugar por tantas gerações. As comunidades, todas elas, transformaram-se de forma constante e isso já poria tal meta como epistemologicamente equivocada. A descoberta conjunta da materialidade de um dado espaço, comunidade indígena ou quilombola e arqueólogos, permite que se construa uma relação estratégica entre as partes, de modo a produzir interação produtiva. A importância estratégica da Arqueologia se estabelece, com elos muito evidentes com a Arqueologia Histórica. Como ressalta Pelegrini¹⁸ “estudos pautados pela Arqueologia Histórica tenderam a promover explicações mais amplas e profundas sobre o Quilombo dos Palmares do que as investigações centralizadas do campo restritamente econômico”. A Arqueologia Histórica e/ou escavações realizadas na Serra da Barriga, somadas aos estudos das famílias, mulheres, alimentação, sexualidade, entre outros enfoques, elucidaram aspectos da vida cotidiana capazes de revelar uma *complexa teia* de relações entre os quilombolas, os colonos e os europeus. E ainda, concorreram para a desmistificação das visões de isolamento muitas vezes cristalizadas na historiografia que se ocupa da escravidão. Nesse sentido, constatou-se a integração do núcleo palmarino com outras culturas e diversas etnias, enfoque que contribuiu para renovar as abordagens sobre o assunto. Talis enfoques tendem a reforçar a perspectiva da diversidade como fator estratégico¹⁹.

¹⁸ S. Pelegrini, À propósito da fruição e de algumas perspectivas analíticas acerca do Patrimônio cultural.. Diálogos (Maringá), Maringá, v. 9, n. 1, p. 49-58, 2005.

¹⁹ S. Pelegrini, À propósito da fruição e de algumas perspectivas analíticas acerca do Patrimônio cultural.. Diálogos (Maringá), Maringá, v. 9, n. 1, p. 49-58, 2005.

Cabe, portanto, reforçar a importância da promoção de políticas públicas em prol da preservação do patrimônio cultural, assentada nas premissas do desenvolvimento sustentável, da diversidade e, principalmente, da inclusão social. Um exemplo disso está no Projeto de Lei 7566 que está tramitando desde novembro de 2006, no Congresso Nacional (de autoria da Deputada maranhense Nice Lobão). Propõe uma nova definição do patrimônio cultural subaquático e pressupõe que “esse patrimônio arqueológico como todos os vestígios da existência humana que se encontram submersos, ou na interface, iguala-o ao patrimônio arqueológico que está em superfície, passando ao Ministério da Cultura a tarefa de gestão”²⁰. O patrimônio cultural subaquático, assim, também pode representar aspectos da nossa diversidade cultural.

O papel estratégico da Arqueologia, como parte da política ambiental e cultural do Brasil, em defesa da diversidade, está apenas em seus inícios. Os resultados já obtidos, na consolidação da nacionalidade como conjunto dos diversos, indicam que estamos no caminho certo.

Agradecimentos

Este *paper* resulta de pesquisas desenvolvidas no NEE/Unicamp, com pesquisa, financiada pelo CNPq, no UCL, em 2007 e, assim, agradeço o apoio institucional do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE/Unicamp), CNPq e FAPESP, University College London, assim como aos colegas Geraldo Cavagnari, João Quartim de Moraes e Sandra Pelegrini. Foi apresentado em sessão do VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, patrocinado pela Presidência da República, em Brasília (novembro de 2007). A responsabilidade pelas idéias restringe-se ao autor.

²⁰ www.historiaehistoria.com.br, breves.